

“NEM SE ENSINA E NEM SE APRENDE”: os desafios do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes frente ao Novo Ensino Médio

Erick Ângelo Reis Rosa¹

Cristiane da Silva Mendes²

Maria Leomar Pereira de Sousa³

Maria Lêda Ribeiro Silva Almeida⁴

José Jonas Borges da Silva⁵

RESUMO

O presente trabalho trata das implicações do Novo Ensino Médio (NEM) sobre a Educação do Campo, tendo como fundo político a reorganização das forças conservadoras e neoliberais na economia global. O NEM impactou profundamente as relações de ensino-aprendizado, onde nem os estudantes aprendem e nem os professores ensinam. O artigo tem como objetivo analisar o impacto desse projeto, o NEM, sobre a organização curricular, pedagógica e profissional dos estudantes e educadoras/es do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes. Para isso fizemos utilizamos bibliografias especializadas que dão sustentação teórica e literária em torno da temática e do objeto do qual estamos tratando assim como nos valem da condição de educadores e educadoras do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes para avaliarmos os impactos do Novo Ensino Médio.

¹ Professor no Educação do Campo Roseli Nunes. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos Religião e Cultura Popular (GPMINA) e ao Núcleo de Estudos sobre África e Sul Global (NeÁfrica); graduado em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA), Especialista em Educação do Campo. E-mail: erickreis.ar@gmail.com

² Professora do Centro de Educação Roseli Nunes; Cristiane Mendes Nascimento. Licenciatura em Educação do Campo e Ciências Agrárias (UFMA), Especialista em administração pública e gestão ambiental (FAVENI). E-mail: crismst21@gmail.com

³ Professora do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes; Pedagoga da Terra (UFMA), graduanda em Geografia (UEMA), especialista em Educação do Campo, mestra em Educação do Campo (UFRB). E-mail: marialeomar2013@gmail.com

⁴ Professor no Centro de Educação do Campo Roseli Nunes; Graduado em Geografia (UNESP), graduado em Licenciatura em Estudos Africanos e Afro- Brasileiro (UFMA), especialista em Educação do Campo (UFMA), Desenvolvimento Agrária (UFES), mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP), pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista São Paulo – SP. Email: jonasfortuna13@gmail.com

⁵ Técnica Auxiliar no Grupo de Trabalho de Educação Popular (SEDUC), Graduada em Pedagogia da Terra, especialista em educação do campo, especialista em Gestão, Coordenação e Supervisão, mestranda em Educação (UFMA). E-mail: marialedaribeiro2019@gmail.com

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Palavras-chave: Currículo. Novo Ensino Médio. Educação do Campo.

ABSTRACT

The present work deals with the implications of the New Secondary School (NEM) on Rural Education, having as its political background the reorganization of conservative and neoliberal forces in the global economy. NEM had a profound impact on teaching-learning relationships, where neither students learn nor teachers teach. The article aims to analyze the impact of this project, the NEM, on the curricular, pedagogical and professional organization of students and educators of the Education Center of Campo Roseli Nunes. For this, we used specialized bibliographies that provide theoretical and literary support around the theme and object we are dealing with, as well as our condition as educators at the Campo Roseli Nunes Education Center to assess the impacts of the New High School.

Keywords: Curriculum. Field Education. New High School.

1 INTRODUÇÃO

A última década (2013-2023) aplacou derrotas estratégicas ao campo democrático e popular no Brasil, fomos tomados por pautas e ações da extrema-direita que conseguiram se enraizar nas camadas popular de forma a naturalizar os discurso da classes hegemônicas, assim como a propagação das ideias de ódio e violência extrema. Os grupos políticos organizados sejam nos partidos, nas igrejas, nas associações moradores, conselho, secretaria de educação e nos cargos políticos, desenvolveram nesse interim uma agenda antidemocrática.

Essa agenda possui uma forte tendencia neoliberal de acumulação de capital através do capital rentável e especulativo, e para que ele possa operar é necessário que se criar mecanismos e ferramentas que possam aumentara as taxas de lucro dos grandes empresários brasileiros e da burguesia entreguista, isso se dá através da especulação de produtos através de *comodities*, alta taxa de juros e a redução da participação do Estado nos processos de redistribuição de renda controle das empresas de serviços básicos, como a educação.

A educação é uma das fronteiras de onde o capital ainda não tinha conseguido adentrar para poder gerar mais lucro para a burguesia, porém a partir de 2006 pudemos ver, e analisar, um acenso de forças conservadoras, importados dos EUA, que conseguiram consolidar pautas de extrema direita.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS**XI** Jornada
Internacional
Políticas Públicas19.22
SET/2023COAGE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Novo Ensino Médio (NEM) se configura como uma ferramenta angular na consolidação de uma proposta neoliberal para a educação brasileira que considere a formação de obra barata e menos plural, reafirma o espaço universitário enquanto um *locus* destinado aos filhos das classes hegemônicas, e mantém a mesma problemática de um ensino médio que não qualifica nossos jovens e adultos para a inserção no mundo trabalho e nem no ensino superior nas universidades públicas do nosso país.

O Estado do Maranhão foi um dos primeiros Estados a implementar o Novo Ensino Médio e com ele vieram os diversos problemas que as escolas públicas possuem, da mesma forma evidenciou um abismo histórico entre as escolas públicas e privadas no que tange a implementação no NEM. No que concerne as escolas de Educação do Campo, tivemos um processo violento de implementação de um currículo que não abarca as realidades distintas das escolas do campo a escolas dos centros urbanos. O NEM foi pensado e arquitetado para tender uma demanda de formação mercadológica pautado nas relações na cidade, logo as juventudes camponesas sofrem o ônus de estudar em um modelo de ensino que reforça a dicotomia campo-cidade e inflige a necessidade de deslocamento e migração desses sujeitos.

O Centro de Educação do Campo Roseli Nunes localizado no Assentamento CIGRA, no município de Lagoa Grande do Maranhão, fez diversos cursos formativos em torno do NEM, nossas reflexões partiram da seguinte problematização: quais os impactos da implementação curricular do Novo Ensino Médio na formação Técnica profissional de nossos estudantes, uma vez que, nosso centro de ensino possui o ensino médio atrelado ao ensino técnico?

Na busca de respostas a nossa pergunta problematizadora dividimos nosso trabalho em três tópicos principais. No primeiro trazemos um percurso histórico sobre a conformação do NEM, tal qual ele está posto. No segundo tópico apresentamos a construção política e pedagógica de nossa proposta de ensino técnico e de ensino médio e traçamos um paralelo com a concepção neoliberal que novo ensino médio

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

aplica na sua proposta curricular. Nas considerações finais pontamos a necessidade de pautar lutas concretas que mobiliza o conjunto da sociedade para revogar no NEM, assim com a necessidade de um projeto coordenado pelas organizações que defendem a educação nua perspectiva emancipatória e não mercadológica como aponta o Movimento Todos Pela educação.

2 CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DO NOVO ENSINO MÉDIO

O novo Ensino Médio está alinhado de forma nítida e concisa aos interesses dos grupos empresariais da educação, ao passo que está congregada aos estímulos internacionais do capital. Expor dessa maneira a quem interessa ainda nos é demasiado abstrato, por isso, pretendemos apresentar no decorrer destas linhas quem são esses grupos e seus agentes públicos que defenderam e defendem o Novo Ensino Médio.

O sistema capitalista está em crise desde 2008, e ainda não conseguiu superar as “ondas” de crises subsequentes que vem passando. Neste *desarrollo* os países ao sul global (no sentido político) sofrem duramente com as crises empurradas para seus territórios. Outro elemento que nos interessa nessa relação geopolítica é a fissura no sistema capitalista que se abre para uma nova ordem multipolar que se desenha nos horizontes orientais.

Esses processos fazem com que os países centrais do capitalismo e os EUA como império busquem reorganizar e alinhar os países dependentes de sua economia. Alinhar e reorganizar não se aplica somente no que tange às questões macrossociais e de ordem econômica, é antes de tudo alimentar o sentimento do porque é imperialista e porque assim deve ser. Dito isto, concordamos quando Gonçalves (2017, p. 140) afirma que

A influência do modo de produção nas políticas sociais e educacionais não é algo novo. O capitalismo, a cada crise, procura se reinventar para garantir sua manutenção e para isso são implementadas reformas em diferentes esferas da sociedade. Na atual conjuntura política, vivemos sob a lógica neoliberal, na qual os serviços públicos e as políticas sociais tornam-se oportunidades de negócio. Assim, a lógica do mercado se insere no campo da educação para que possa funcionar à sua semelhança. E a parti desses interesses se operacionaliza a Reforma do Ensino Médio.

PROMOÇÃO



APOIO



Assim sendo, para que essas se concretizem é necessário que seus agentes individuais e coletivos se apresentem nos cenários das disputas e através da batalha das ideias possam concretizar os projetos destinados à construção do ser e do mundo ao qual representam.

Na esteira das organizações que se beneficiaram e se beneficiam com a reforma do Ensino Médio, destacamos os grupos empresariais do Sistema S, que comemoram com muito entusiasmo a aprovação da Lei nº 13.415/2017, pois seria o referido sistema que teria como prioridade a formação de mão de obra para as empresas, que de acordo com o Instituto Alfa e Beta estariam prejudicadas com as políticas educacionais em vigor, e isso estaria causando acomodação do empresariado à mão de obra medíocre oferecida pelas escolas (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Gonçalves (2017, p. 141),

Para organizar a Reforma do Ensino Médio, os interlocutores do Ministério da Educação não foram universidades, pesquisadores, professores e estudantes, mas, sim, empresários, através de organizações como o Instituto Alfa Beta, Sistema S, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú, entre outros.

É evidente o olhar mercantil aplicado às características do que do Novo Ensino Médio no mesmo passo da educação profissionalizante. A educação passa a ser vista como um simples processo de formação de maneira especializada e específica para determinados setores da cadeia produtiva, devendo estar em consonância às exigências do mercado e não preocupada com a formação político-social e cultural.

Podemos destacar da mesma forma a participação de movimentos como o Movimento Brasil Livre e o “Escola sem Partido” (que em nossa leitura significa a escola do partido único) que na mesma direção das instituições empresarias do sistema S e dos empresários do sistema educacional viam e ainda veem na alteração das estruturas do Ensino Médio as soluções econômicas e ideológicas para os problemas enfrentados pelas escolas, profissionais de educação e estudantes.

De acordo com Demerval Saviani, tanto o MBL quando o “Escola sem Partido” representam as organizações de uma onda reacionária que se justificam pela ferocidade com que as ideologias das classes dominantes buscam tentar manter seus privilégios e poder. Daí surgem os movimentos conservadores, exatamente num

cenário de busca por afirmação de uma cultura democrática no Brasil. Nas palavras de Saviani (2018, p. 748),

O “Escola sem Partido” é um componente da onda reacionária (...), tendo encontrado um espaço favorável de difusão no mencionado caldo de cultura. (...) Para a pedagogia histórico-crítica, na sociedade de classes, portanto, na nossa sociedade, a educação é sempre um ato político, dada a subordinação real da educação à política (SAVIANI, 2012, p. 81-90). Dessa forma, agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes. E é esse o sentido do programa “Escola sem Partido”, que visa, explicitamente, subtrair a escola do que seus adeptos entendem como “ideologias de esquerda”, colocando-a sob a influência da ideologia e dos partidos da direita, portanto, a serviço dos interesses dominantes.

Saviani afirma que o MBL é um dos tentáculos desta representação internacional nos processos de mobilização para o golpe de 2016, assim como na luta ideológica nas escolas, e argumenta da seguinte maneira

Ora, como registrou a repórter Luiza Villaméa numa reportagem da Revista Brasileiros (n. 109, agosto de 2016, p. 26-38), as manifestações pró-impeachment foram organizadas por entidades financiadas com recursos americanos, o que é eloquentemente ilustrado com o caso de Kim Patroca Kataguirí. Ele acabou por largar o curso de Economia na Universidade Federal do ABC “para se dedicar integralmente ao Movimento Brasil Livre (MBL)” (VILLAMÉA, 2016, p. 29). E o que é o MBL? “É um movimento derivado do Estudantes pela Liberdade (EPL), a filial brasileira da americana Students for Liberty, financiado pela Atlas Network” (VILLAMÉA, 2016, p. 29). Enfim, todos os institutos e movimentos que vêm se mobilizando tendo em vista golpear a democracia no Brasil recebem recursos de fontes como o “Cato Institute e o Charles Koch Foundation, vinculadas à família Koch, uma das mais ricas do mundo, com vastos interesses no setor petrolífero” (VILLAMÉA, 2016, p. 29). (SAVIANI, 2019, p. 783).
elementares.

Em consonância com os interesses ao redor do projeto “Escola sem Partido”, já havia sido aprovada a reforma da previdência e a reforma do Ensino Médio. Nesse sentido é que destacamos a idéia do desmonte nacional enquanto um projeto de falência da soberania nacional e da entrega da construção crítica e humanista do ser aos ideais bárbaros do imperialismo.

Não poderíamos avançar em nosso debate sem apresentar aqueles e aquelas que lutaram contra esses movimentos conservadores, e buscam as mais variadas formas de combater as perseguições e agressões que a educação e seus agentes sofreram e ainda sofrem.

Dentre os agentes coletivos há aqueles que diretamente ameaçados pela

PROMOÇÃO



APOIO



reforma em andamento estão: os estudantes. Só no estado de São Paulo, no ano de 2016, foram mais 300 ocupações em escolas, e até o fim desse mesmo ano já se contabilizavam mais de 1.000 escolas ocupadas.

As ocupações se deram já em 2015 no Estado de São Paulo, quando o governador Geraldo Alckmin (PSDB) propôs medidas que reorganizavam as escolas em núcleos, separando definitivamente o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, o que gerou intensas revoltas nos estudantes que viam seus direitos tolhidos. Iniciou-se então ocupações em diversas escolas, que se massificaram com a MP da reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional 241⁶, conhecida como “PEC do Fim do Mundo”.

Apresentando desta forma, podemos dizer que os agentes envolvidos nas disputas pelo ensino médio envolvem desde os grandes empresários do sistema S até as organizações estudantis como a União Brasileira dos Estudantes (UBES). Nessas disputas houve a construção de um campo minado, no sentido político-burocrático, onde a PEC 241, a MP da Reforma do Ensino Médio em conjunto com a Reforma da Previdência conformou o arcabouço necessário para a obliteração, no plano judicial, das propostas dos estudantes e dos movimentos sociais em defesa de uma educação digna e libertária.

Sendo assim, o congelamento dos gastos com a “PEC do fim do mundo” coloca em xeque a capacidade dos investimentos públicos na construção e manutenção de toda a logística das escolas de tempo integral. Haja vista que os repasses federais são fundamentais para os governadores poderem ofertar as condições necessárias para o desenvolvimento cognitivo e cidadão dos estudantes. De acordo com Gonçalves (2017, p. 147),

a falta de um projeto educacional para a educação básica atrelada a um projeto societário levou mais uma vez os interesses mercadológicos a direcionar a educação pública. O grande desafio a ser enfrentado será garantir uma formação de qualidade aos estudantes do ensino médio das escolas públicas diante, de um currículo esfacelado e das más condições de infraestrutura das instituições.

⁶ A PEC 241/10, enviada para apreciação pelo presidente Michel Temer prevê a limitação com gastos primários da União durante 20 anos, corrigidos pela inflação oficial (IPCA).

A reforma do Ensino Médio e as demais medidas adotadas pelos governos posteriores à derrubada de presidenta Dilma Rousseff buscaram rezar na cartilha neoliberal os novos rosários de espoliação da classe trabalhadora.

Se a história se repete como farsa em um segundo momento, é o que os estudantes vivenciam de forma ainda mais aguda que o ensino técnico propedêutico da ditadura militar, pois esses ficaram abandonados. De acordo com Frigotto (2016, p. 331), a reforma do Ensino Médio

Também retrocede e torna, e de forma pior, a reforma do ensino médio da ditadura civil militar que postulava a profissionalização compulsória do ensino profissional neste nível de ensino. Piora porque aquela reforma visava a todos e esta só visa os filhos da classe trabalhadora que estudam na escola pública. Uma reforma que legaliza o apartheid social na educação no Brasil.

Ao pensar essas duas escolas não queremos limitar o pensamento no entendimento de uma polarização ou dicotomia vil e/ou banal, mas de um longo processo que se constrói no decorrer da história da educação em nosso país, em que estudar está ligado ao processo de quem manda, e a superação da educação escolar está para os que obedecem.

Sendo assim, a reforma do ensino médio cria duas realidades distintas para os jovens brasileiros. Grosso modo, estão postos de um lado aqueles que terão a oportunidade de gozar dos privilégios de um currículo e lhes apresentem alternativas e do outro os jovens que terão que correr o risco de trilhar os caminhos de uma história única. De acordo com Ferreti (2018, p. 39),

(...) o desenvolvimento de competências e habilidades propostas na BNCC, mais do que o estabelecimento de relações dialéticas entre conteúdos disciplinares tendo em vista a compreensão de fenômenos naturais e sociais. Uma leitura cuidadosa do que a BNCC propõe e a sugestão de atualização das DCNEM reforça e evidencia, mais que o estabelecimento de tais relações, o foco na busca de soluções para problemas ocorridos nos contextos abordados, bem como na aplicação dos conhecimentos originários das diferentes áreas na busca dessas soluções, conferindo pouca atenção à gênese econômica, política e social de tais problemas, como se, encontradas tais soluções, o que gerou sua necessidade tivesse menor importância ou não pudesse se manifestar, posteriormente, sob a forma de problemas correlatos. Esse tipo de enfoque está claramente expresso na definição de competência, conceito-chave da BNCC, presente na versão dessa disponibilizada pelo MEC em 3.4.2018.

Para a formação técnica nas escolas de educação básica da rede pública serão ofertados os cursos disponíveis no catálogo nacional de cursos tecnológicos, ficando

a critérios dos Estados a oferta e manutenção desses cursos, podendo de igual maneira serem realizados acordos coma iniciativa privada. Segundo Leão (2018, p. 3),

Outro eixo central da lei se refere ao Ensino Técnico e Profissional de Nível Médio. Quanto a esse aspecto, a legislação abre a possibilidade de parcerias com o setor privado, a oferta da educação à distância, o reconhecimento de experiências de trabalho no setor produtivo e a possibilidade de contratação de docentes que comprovem notório saber. Esses pontos da lei, entre outros, configuram, então, um processo de flexibilização que atende aos interesses dos sistemas de ensino e do mercado de trabalho. A redução de custos para o Estado e a privatização, por meio da transferência de recursos da educação pública para o setor privado, são os pilares da proposta.

Essa iniciativa do público-privado beneficia diretamente os grupos de empresas que buscam qualificar profissionalmente os estudantes para atender as demandas de seus mercados. Outra armadilha que se configura nesse processo é a construção de propostas únicas, uma vez que quando a união quanto ou os estados não puderem ofertar mais cursos os estudantes possivelmente terão poucas possibilidades de escolha e ficando a mercê dos interesses mercadológicos. Para Leão (2018, p. 4-5),

No caso brasileiro, contribuiu para a consolidação dessa dualidade a criação do Sistema S na década de 1940, que através da parceria com a iniciativa privada foi responsável pela implantação de um sistema de escolas técnicas de nível médio com o objetivo de suprir a formação de mão de obra necessária ao desenvolvimento econômico da época. Para os alunos que se aventuravam pela formação técnico profissional o caminho terminava aí, uma vez que esse percurso não permitia prestar os exames de acesso ao ensino superior.

Para as escolas do setor privado fica delegado as universidades públicas, o seu *ethos* de reprodução intelectual e social. O que de fato representa uma profunda contradição no que concerne à função das instituições públicas. É tragédia como farsa, mas uma farsa anunciada, e talvez sem máscaras para se esconder. É o recrudescimento de um movimento conservador aberto, que mobiliza, se organiza e marcha na construção das desigualdades.

3 O N.E.M. E A EDUCAÇÃO TÉCNICA NO C.E.C. ROSELI NUNES

O significado da conquista da escola se insere no âmbito das realizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, pois ele tem como primeiro

objetivo a luta pela terra, envolvendo todos os sujeitos no processo de forma coletiva, e a Reforma Agrária, onde cada um tem o papel fundamental para a consolidação de tal objetivo. Outro objetivo é a transformação social, que busca a construção do novo homem e da nova mulher, com isso, nasce também uma nova concepção de educação e de escola que não se limita apenas no espaço físico de sala de aula, mas se estende a diferentes espaços.

Na concepção de educação do MST, todos os envolvidos precisam ser sujeitos ativos, participar da vida escolar em todos os seus aspectos, pois, através da participação coletiva os sujeitos aprendem novas relações, que buscam não sem limites, questionar as relações verticalizadas, de subordinação e submissão, presentes em nossa sociedade (SILVA, 2011, p. 8).

O C.E.C. Roseli Nunes segue essa perspectiva e após anos de luta e reivindicação dos trabalhadores assentados passa, desde 2009, a oferecer educação em nível médio integrado à educação profissional. A luta por educação no assentamento se deu por iniciativa dos assentamentos organizados pelo MST. Consiste em acionar o poder público municipal em busca de alternativas que viessem a suprir as necessidades daquele momento, em que a escola municipal só atendia as séries iniciais do ensino fundamental e os alunos tinham que se deslocar para a cidade.

Partindo desta necessidade, em fevereiro de 2006, os assentados reunidos analisam uma proposta de implantação do Projeto Saberes da Terra, em nível de ensino fundamental completo, com noções técnicas em agropecuárias. Essa proposta foi apresentada pelos militantes do MST como uma possível solução para as necessidades educacionais do assentamento, que não tinha o ensino fundamental de 6º ao 9º ano em nenhuma das suas agrovilas.

Não houve o auxílio do município na construção do projeto, porém a direção do MST e o apoio da comunidade o projeto se iniciou e com isso fez germinar as ideias e práticas de uma escola que pudesse atender não só a formação do ensino fundamental maior, mas também que pudesse contemplar o ensino médio atrelado ao ensino técnico profissional. Dessa forma, as primeiras turmas de ensino médio

Segundo PPP (2019, p.9)

PROMOÇÃO



APOIO



No período de 2009 a 2011 aconteceu a primeira turma de Ensino Médio Integrado à Educação Profissionalizante, na modalidade Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, com jovens das diversas agrovilas. Em 2012 iniciou a segunda turma e, neste ano de 2013 iniciou a terceira turma. A Escola Roseli Nunes, foi criada em 3 de abril de 2009 através do Decreto 25.260 é a única Unidade de Ensino Médio do assentamento, e do município de Lagoa Grande do Maranhão.

Como uma escola pública vincula a secretaria estadual de educação, o CEC Roseli Nunes esta suscetível a todas as contradições e problemáticas que o ensino básico camponês passa em território nacional, com uma única diferença, a coordenação escolar é composta pela militância do Movimento Sem Terra e por profissionais compromissados com uma educação para a diversidade. Dessa forma, mesmo com um projeto político-pedagógico com metodologia da alternância e pedagogia do Movimento Sem Terra, foi necessário que os profissionais da escola repensassem e reorganizassem sua proposta curricular a partir do cenário que vinha se desenhando com a implementação do NEM.

Em 2022 organizamos a formação em 04 encontros pela necessidade de construir proposta de organização do novo ensino médio sem ferir os princípios e valores da Educação do Campo e da Pedagogia do Movimento na qual rege todo o processo político e pedagógico da escola, além dos estudos da BNCC e DCTMA e das experiencias das escolas de ensino médio do Ceará localizadas em área de assentamento, onde já se tinha implantado o currículo do novo Ensino Médio.

Nossa principal preocupação se deu com o processo de formação recortado que os estudantes teriam com a oferta de um ensino médio propedêutico e excludente, assim como a formação técnica que deixaria de abarcar a interdisciplinaridade e um ensino politécnico propriamente dito. (PISTRAK, 2003)

Um princípio fundamental na elaboração do currículo escolar do ensino médio atrelado ao ensino profissional do CEC Roseli Nunes é a noção de trabalho enquanto um princípio educativo e transformador.

Segundo o PPP (2019, p. 15)

Faz parte desta dimensão, o entendimento do trabalho como toda ação humana que transforma a natureza e o próprio homem, gerando a riqueza, a arte, o saber, a tecnologia. O trabalho é o elemento fundante de toda a sociedade e, portanto, deve constituir o eixo de todo trabalho pedagógico,

pois contribui para a formação e o desenvolvimento do ser humano, é humanizador, liberta os homens e mulheres no processo da práxis (na prática e na reflexão dessa prática). Ressaltamos ainda que a cooperação é um elemento que contribui para a construção de novas relações sociais. Este processo se dará tanto no interior da Escola, como nas Comunidades. O estudo teórico é resultante de uma prática e toda a prática deverá ser refletida e analisada para aprendermos com ela.

Os princípios que norteiam o novo ensino médio vão na dimensão totalmente oposta aos princípios que norteiam a formação técnica, profissional e emancipatória a qual se pretende o currículo escolar do centro de educação. A proposta do NEM encontra nos princípios ideológicos neoliberais seu território epistemológico de consolidação de pensamento e ações individualistas e empreendedores, retirando a responsabilidade coletiva e social e depositando nos sujeitos as contradições estruturais do sistema capitalista.

O PPP (2019, p. 15) do supracitado centro de educação aponta a necessidade do processo de ensino-aprendizado ter vínculo orgânico com o papel de transformação da realidade, logo

O processo de educação é compreendido como uma prática de liberdade, vinculada organicamente à dinâmica social e que contribua com os processos de transformações sociais, que vise a justiça e a humanização da sociedade. Enfim, uma educação que possibilite a intervenção consciente no processo histórico. (PPP, 2019, p. 15)

Dessa forma, ao refletirmos sobre como operar com as contradições do novo ensino médio, passamos a dar um conteúdo e forma para as propostas de currículo e disciplina, assim como pensar politicamente e pedagogicamente quais os componentes necessários para que esse currículo pudesse abarcar a dimensão da coletiva, da emancipação, do princípio democrático e da corresponsabilidade que os sujeitos envolvidos nesse processo necessitam para construir um mundo cada vez mais diverso e plural assim como é sua essência.

Como dito nas páginas de introdução desse trabalho, o NEM foi pensando a partir das necessidades mercadológicas dos grupos econômicos nacionais e internacionais, além de possuir uma forte carga ideológica neoliberal que reforça a falsa ideia de superioridade da cidade sobre o campo. Queremos dizer com isso que ainda o currículo seja o mesmo nos dois espaços, a educação do campo sofre por ser enquadrada em um currículo que não atende suas demandas reais e que muito

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

menos foi pensando para os sujeitos que no campo vivem, nele trabalho e se transforma em consonância.

5 CONCLUSÃO

O Novo Ensino Médio de novo só possui a inicial de sua, mas sua essência é um resgate do ensino propedêutico dos tempos da ditadura militar no Brasil, sua essência é completamente neoliberal com forte espírito individualista e possui um robusto corpo coberto de fragilidades e problemas. Ao tratarmos o NEM a partir de sua perspectiva neoliberal, conservadora no que tange a formação social e cultural do sujeitos, o colocamos dentro do grande arcabouço, de um projeto, que busca criar e ampliar ainda mais os espaços entre aqueles que pensam e os que executam.

Trata-se de uma manifestação cruel da tentativa do capitalismo em crise sair de sua própria criação. E a solução encontrada é ser mais capitalista ainda, queremos dizer com isso que se cria a necessidade de aumento da exploração do trabalhador e do trabalho e sua busca de outras formas a exploração e lucro, seja através das guerras híbridas, seja através da especulação financeira ou mesmo pelas construções golpes.

No que concerne a educação de formação geral básica e a educação do campo, esse projeto construiu um longo caminho para se consolidar e se implementar, caminho que foi delineado ainda no processo de redemocratização pós ditadura militar com escolas cívico-militares. Quando refletimos sobre Novo Ensino Médio, partimos da premissa que há sim uma necessidade pujantes de pensar um modelo de Ensino que consiga abarcar diferentes concepções de educação, assim como uma pluralidade de atividades curriculares e extracurriculares nos quais os estudantes possam se identificar e produzir diferentes formas de saberes.

Porém, não concordamos com uma proposta que limita forma de pensar criticamente, que coloca educadores e educandos sem saber ensino e sem saber o que aprendeu. Não basta somente alterar algumas estruturas e manter o espírito do novo ensino médio como propôs o Movimento Todos Pela Educação, é necessário que haja uma revogação completa, mas com uma proposta descente e emancipatória

PROMOÇÃO



APOIO



para os estudantes, meninos e meninas, homens e mulheres, camponeses e urbanos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Suzane da Rocha Viera. **Interesses mercadológicos E o “novo” ensino médio.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017.

FRIGOTTO, Frigotto. MOTTA, Vânia Cardoso da. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). In: **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.

_____, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

_____, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. In: **Estudos avançados**, V. 32, n. 93, p. 25-42, mês a mês, 2018.

_____, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. **Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia.** **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr.-jun. 2017.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **Educação em revista**, v. 34, 2018.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola e do Trabalho.** Ed. Expressão Popular.3ª edição. São Paulo. 2003.

SAVIANI, Demerval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013.

_____, Demerval. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC.** Campinas: Editores Associados, 2009.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PROMOÇÃO



APOIO

